

**CADERNOS COM SABERES MATEMÁTICOS: perspectivas históricas de pesquisas**

**Eliene Barbosa Lima<sup>1</sup>**  
**Inês Angélica Andrade Freire<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Neste artigo discutimos, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, algumas possibilidades de investigações dos cadernos com saberes matemáticos em uma historiografia da matemática, em particular, da educação matemática. Para tanto, discorremos sobre o fazer da história a partir da década de 1920, o qual foi apropriado pelos historiadores das ciências, da educação e também da matemática, em particular, da educação matemática. Assim, sob essa ótica, consideramos que o recente interesse de pesquisadores nos cadernos como objetos e/ou documentos de análises históricas pode possibilitar uma ampliação de investigações que contribuem para uma historiografia da matemática, em particular, da educação matemática.

**Palavras-Chave:** Cadernos. Saberes Matemáticos. História. História da Matemática. História da Educação Matemática.

**INTRODUÇÃO**

Em certo período, a história da matemática, nos mais diversos contextos internacionais, inclusive no Brasil, era produzida de forma homogênea por matemáticos para matemáticos, os quais se tornavam historiadores da matemática preocupados, principalmente, conforme (BOTAZZINI; FRASER, 2000), em produzirem uma descrição mais neutra e objetiva possível dos textos matemáticos, com o olhar voltado para os seus teoremas e teorias. Neste sentido, os historiadores da matemática contemplavam o próprio ponto de vista do matemático acerca do seu campo de atuação, enfatizando a matemática como puramente proveniente das reflexões sobre as articulações lógico-abstratas dos seus conceitos, enfim, derivada de seu próprio desenvolvimento interno, caminhando em larga

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: elienebarbosalima@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Assistente do Departamento de Química e Exatas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus - Jequié. E-mail: inafreire@gmail.com

marcha para um inexorável e contínuo progresso, não dando importância, nesse processo de construção histórica, aos fatores externos, tais como, políticos, sociais, educacionais e culturais (ANGLIN, 1992; PARSHAL; HOGENDIJK, 1996; BOTAZZINI; FRASER, 2000).

Hodiernamente, não há uma forma unificada de historiografia da matemática, mediante uma variedade de abordagens teóricas, metodológicas e de estilos e, ainda, de diferentes formas de pensar e categorizar história da matemática e história da educação matemática. Uma dicotomia que parece estar atrelada muito mais com as escolhas teóricas e metodológicas utilizadas pelos historiadores que lidam com a matemática e o seu ensino como objetos de pesquisas, as quais estão intimamente relacionadas às suas formações como pesquisadores, do que com a demarcação *a priori*, por exemplo, da documentação histórica utilizada, isto é, se do âmbito da matemática ou educação matemática.

De qualquer sorte, consideramos que independentemente da postura do historiador diante da matemática e do seu ensino como objetos de pesquisas, essa multiplicidade de concepções e de novos padrões para produzir uma historiografia da matemática, em particular, da educação matemática, são devidos ao crescente e estreito diálogo estabelecido com o campo da história, tal como vem sendo feito pelos historiadores das ciências, bem como pelos historiadores da educação. Na órbita desse diálogo ganhou espaço novos objetos e novos documentos históricos, entre os quais podemos citar os cadernos com saberes matemáticos; foco de atenção recente, mas ainda embrionário de historiadores da matemática, em particular, da educação matemática no Brasil. Assim, circunscrito a esse diálogo, neste artigo, discutimos, sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, algumas possibilidades de investigações dos cadernos com saberes matemáticos. Algo imponderável em outros tempos.

### **NOVAS PERSPECTIVAS PARA UMA ESCRITA HISTORIOGRÁFICA...**

O ofício do historiador perpassa pelo diálogo entre a contemporaneidade e o passado, vislumbrando gerar interpretações para o futuro. Este diálogo, não é imutável, inflexível, determinista e dogmático, ele passa por processos de mutações, rupturas e multiplicidade de significações que descortinam as certezas do fazer histórico, mais do que

isto, proporciona ao próprio historiador a possibilidade de discutir ou trazer para o seu cenário objetos, temas e abordagens, que não só ampliam o seu campo de pesquisa, mas, principalmente, de perceber, interpretar e obter uma maior aproximação das especificidades históricas das diversas sociedades, por meio da inserção de um conjunto de relações culturais, as quais, também, passam a ser vistas, sem quaisquer compartimentações ou hierarquias.

Nesse sentido, ganhou espaço em uma historiografia da história, a partir da emergência de uma história cultural na década de 1980, a abordagem de temas, dentre outros, como cotidianidade, privado, individualidade e intimidade. Tais temas atentam para os papéis informais, para as experiências que fogem as regras institucionais, para o provisório, para as relações humanas que eram deixadas de lado pelo historiador, mas que são elementos que fazem parte de algo vigente no modelo de uma determinada sociedade, uma vez que no processo de formação desses contextos, faz parte dele as práticas culturais que viabilizam a construção da identidade do ser humano enquanto indivíduo e ser social. Estabelecendo, desse modo, uma discrepância a uma história dita das mentalidades, defendida a partir da década de 1920, pela primeira geração do grupo dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch e, posteriormente, já na década de 1950, por Fernand Braudel, sua segunda geração. (BURKE, 1997).

Em um movimento de embate a uma homogênea história “historicizante” que tratava apenas dos fatos singulares, principalmente, aqueles de cunho político, diplomático e militar, Lucien Febvre e Marc Bloch combateram, nas palavras de Vainfas:

[...] uma história que, pretendendo-se científica, tomava como critério de cientificidade a verdade dos fatos, à qual se poderia chegar mediante a análise de documentos verdadeiros e autênticos (ficando os “mentirosos” e falsos à margem da pesquisa histórica) [...]. Combatiam, enfim, uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia, rainha das disciplinas humanísticas na França desde a obra de Durkheim.

(VAINFAS, 1997, p. 130)

Houve, portanto, uma quebra da hegemonia de um único e grande modelo de fazer história, inclusive na própria história das mentalidades. Levando em consideração apenas a historiografia das mentalidades produzida na França, Vainfas (1997, p.144) apontou três variações em seu *modus operandi*:

1. Uma história das mentalidades herdeira da tradição dos *Annales* [...] 2. Uma história das mentalidades assumidamente marxista [...] 3. Uma história das mentalidades [...] descompromissada de discutir teoricamente os objetos, e unicamente dedicada a descrever e narrar épocas ou episódios do passado, história cética quanto à validade da explicação e da própria distinção entre narrativa literária e narrativa histórica [...].

No entanto, sem negar a diversidade de tendências da história das mentalidades, Vainfas (1997) argumentou que, de um modo geral, nela, desde que emergiu nos anos de 1920, podia ser percebida uma acentuada preocupação em fazer uma história problematizadora do social.

Nesse período, ampliou-se não apenas o conceito e os tipos de documentos históricos para além dos escritos oficiais – paisagens, objetos e signos, dentre outros – mas, também, houve uma mudança na relação do historiador com tais documentos. Se antes os documentos históricos eram vistos como uma verdade inquestionável, cabendo ao historiador apenas descrevê-los, por sua vez, na história das mentalidades, eles não mais falavam por si só, mas, mediante aos questionamentos do próprio historiador (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2002; BARROS, 2004), os quais não são neutros, visto que decorrem, segundo Flamarion (1981, p. 47) parafraseando Marc Bloch, “[...] da cultura histórica do pesquisador, da sua base teórica, de mil conhecimentos externos àquele documento com que estiver trabalhando no momento.”.

Contudo, não tardou a surgir, cada vez mais fortemente, certo ceticismo em relação a essa mudança de perspectiva na produção de uma historiografia da história, tal como aconteceu com Ginzburg, que havia se desencantado com o conceito das mentalidades. Para ele:

Insistindo nos elementos *comuns, homogêneos*, da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa “mentalidade coletiva” indiferenciada e interclassista.

(GINZBURG, 1988, p.16, grifo do autor)

Sob essas fortes críticas, a partir da década de 1980, houve uma grande migração dos historiadores das mentalidades para uma nova forma de produzir historiografia, a qual ficou conhecida como história cultural. Se por um lado, a história cultural rejeitou o conceito das mentalidades, por outro, não abriu mão do diálogo estabelecido com outras

ciências humanas, bem como não abdicou de seus temas e nem da longa duração. Nesses termos, tal como a história das mentalidades, a história cultural, sem negar interesse pelas culturas ditas eruditas, manifesta apreço especial pelas massas anônimas e pelo informal, principalmente, pelo popular. De outra parte, distancia-se da história das mentalidades, na medida em que ainda mostra preocupação em resgatar os conflitos sociais, às peculiaridades na formação de uma classe social, ao lugar que o indivíduo ocupava, enfim, ao valorizar também o incomum presente numa dada sociedade. (VAINFAS, 1997).

Abriu-se, dessa forma, uma nova perspectiva de produzir uma historiografia da história, a qual se mostra tão plural quanto à história das mentalidades. Neste sentido, Vainfas (1997) apresentou, dentre outras possíveis, três formas distintas de abordar a história cultural presentes na literatura vigente. Elas são:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade [...].
2. A história cultural de Roger Chartier [...] particularmente os conceitos de representação e de apropriação [...]
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das “classes populares” na Inglaterra do século XVIII.

(VAINFAS, 1997, p. 150-151)

Foi, portanto, esses novos estilos de construir uma historiografia da história, trazendo novas formas de compreender os documentos históricos e novos olhares para os seus velhos objetos, bem como a inserção de outros, que, de modo análogo, segundo Pestre (1996), começou também a fazer parte de uma historiografia das ciências a partir da metade dos anos de 1980. Tal apropriação, pode ser percebida, de certo modo, nas seguintes palavras de Pestre (1996, p.47):

[...] é a multiplicidade de princípio dos grandes relatos que é reivindicada, é a idéia de que não haverá mais um relato único, um relato evidente, auto-suficiente e inquestionável da “História das ciências”. Porque nos afastamos das viseiras da epistemologia, de um lado, porque sabemos que não é possível uma história total, de outro, e porque se admite (isso não soará surpreendente aos ouvidos dos herdeiros de Fèbvre e Bloch) que o historiador tem que definir suas questões e seus instrumentos, histórias múltiplas, diferentes, paralelas e se recobrando [...] se tornam legítimas.

Semelhantemente, isto, também, aconteceu com uma historiografia da educação, de forma mais sistemática, já nos anos de 1990. Em particular, no Brasil, a apropriação dessa nova historiografia da história pode ser percebida, por exemplo, em trabalhos de

Nunes (1992); Gatti Júnior (2002); Faria Filho et al (2004) e Castanho (2006), na qual começou uma valorização tanto de temas, objetos e documentos históricos que antes eram ignorados, bem como nova roupagem para antigos objetos, tal como a instituição escolar, visto que:

[...] a história da educação anterior aos anos de 1970 e 1980 preocupava-se sobretudo com o *dever ser* da educação, representado pelas idéias pedagógicas, pelas propostas que pedagogos e pensadores apresentavam à educação [...] essa história da educação preocupava-se com a normatividade, isto é, com o conjunto de normas, legais ou administrativas, que regulavam o campo educacional. Não havia a preocupação com as *práticas escolares*, isto é, com o que se vivia no cotidiano da escola, a realidade escolar, o ser da escola, os saberes que nela se produziam e se reproduziam, o currículo escolar, a avaliação do aprendizado, o significado do tempo, o calendário escolar, o saber social que os alunos traziam à escola e suas relações com o saber instituído pela escola, a simbologia escolar, as festividades, a disciplina como forma de controle, as disciplinas como organização dos saberes e das carreiras dos professores, a profissionalização docentes e seus ritos, a arquitetura escolar linguagem significativa...

(CASTANHO, 2006, p. 155-156, grifo do autor).

Sob um estreito diálogo com a forma de praticar história, em particular, a história cultural, a historiografia da educação não escapa também de uma pluralidade de abordagens em seu campo de jurisdição, entre elas, as pesquisas já clássicas de Chervel (1990) sobre a história das disciplinas escolares, de Julia (2001) com foco na história da cultura escolar e de Choppin (2004) com investigações voltadas para a história do livro didático. Nesse âmbito, ganha importância documentos históricos como os cadernos, tanto aqueles elaborados *a priori* contendo planejamentos escolares, como os que foram produzidos em sala de aula a partir da prática pedagógica do professor.

Esse movimento de apropriação das referências teóricas e metodológicas do campo da história, mais precisamente, da história cultural, começou, também, a ser sistematizado em uma historiografia da educação matemática no Brasil, a partir da primeira década do século XXI. Tal apropriação, norteadas pela formação do pesquisador, pode ainda estabelecer pontes com historiografias das ciências e da educação. Dessa forma, estabelece-se, também, uma multiplicidade de abordagens, as quais podem ser notadas, sobretudo, na forma de categorizar história da matemática e história da educação matemática relacionando as suas fronteiras aos objetos de pesquisa, documentos históricos

e os temas.

## **CADERNOS COM SABERES MATEMÁTICOS**

A partir dos elementos sinalizados nas seções anteriores, cabe-nos primeiramente pontuar que os cadernos produzidos, enquanto objetos e/ou documentos históricos, tornaram-se relevantes em uma historiografia que ficou conhecida como das mentalidades, ampliando suas possibilidades de análises em uma nova história dita cultural, na medida em que pode ser tomado não apenas uma série de cadernos em um longo período, mas ainda um único caderno, de uma única instituição de ensino de uma região, outorgando voz a uma determinada cultura de ensino. Portanto, nessa nova historiografia é possível investigar tanto os saberes matemáticos que estavam circulando numa determinada época, bem como às peculiaridades na formação e prática pedagógica de um professor. Em outros termos, ao que fugia ao comum, compartilhado em uma cultura de ensino de um modo geral.

Apropriando-se dessas formas de fazer história, historiadores da educação veem produzindo pesquisas voltadas para os cadernos utilizados em sala de aula. Estes são os casos, por exemplo, de Viñao (2008) e Gvirtz e Larrondo (2008), no âmbito internacional, e, de Mignot (2008) e Peres (2012), no contexto nacional. É também sob essa forma de fazer história que historiadores da matemática, em particular, da educação matemática, começam a voltar o seu olhar para os cadernos produzidos em sala de aula, notadamente para os cadernos escolares de saberes matemáticos nos anos iniciais. Em recente texto, Valente (2016), mesmo sinalizando sobre as dificuldades em construir uma base documental de cadernos com aulas de matemática, apresentou algumas possibilidades de análises fazendo uso desse material. Uma dessas possibilidades seria a “[...] análise das relações com o saber matemático de formação e aquele revelado nas aulas de matemática pelos cadernos.” (VALENTE, 2016, p. 18). Neste sentido, ponderou:

Na pesquisa que toma por objetivo a análise das relações que o professor trava com o saber matemático, variadas formas e conjuntos de cadernos escolares poderão contribuir com essa tarefa. Parece que uma forma ideal de contar com esse material empírico seja aquela de reunir cadernos de formação matemática dos professores quando professorandos das escolas

normais e cadernos com aulas de matemática desses professores elaborados por seus alunos.

(VALENTE, 2016, p. 17-18)

Nesse excerto de Valente podemos identificar dois tipos de cadernos, isto é, os produzidos no processo de formação dos professores e aqueles elaborados por seus alunos em sala de aula. Nesse âmbito, ainda podemos considerar os cadernos referentes aos planos de aulas do professor. Há ainda múltiplos registros nesses diferentes cadernos oriundos de comunicações escrita e oral, tais como: reprodução e apropriação de conceitos matemáticos, apontamentos e interpretações de aulas, atividades desenvolvidas pelos alunos, dentre outros. Nessas várias dimensões do olhar sobre o caderno, ainda podem ser consideradas as marcas deixadas pelos autores desses cadernos.

Nesse processo, os diferentes cadernos e seus diferentes registros - tomados como objetos e/ou documentos - podem dar conta de algumas problematizações em uma historiografia da matemática, em particular, da educação matemática. Uma abordagem que parece ser relevante seja ponderar os diferentes períodos históricos do caderno, visto que, muitas vezes, ele assumia o lugar do livro didático, na medida em que a democratização da distribuição gratuita do livro didático no Brasil é uma política pública bastante recente. Uma segunda abordagem, é considerar quais os saberes matemáticos estavam sendo construídos nas instituições de diversos níveis escolares, bem como no processo dos formação dos professores. Nesse âmbito pode-se ainda investigar como, quando e por que os saberes matemáticos *para ensinar* tornaram-se saberes disciplinares na formação docente. Uma terceira abordagem, poderia ser analisar as influências e os impactos das reformulações curriculares do ensino de matemática na prática pedagógica do professor, em um determinado período. Para finalizar, dentre outras tantas possibilidades de abordagens, ainda podemos refletir sobre a prática docente e suas relações com a formação inicial do professor a partir de suas escolhas metodológicas.

De outra parte, em convergência com Valente (2016), as possibilidades de análises, tendo esses contextos plurais de pensar e produzir história, têm uma relação direta com os objetivos propostos pelo pesquisador. São eles que vão determinar as suas interrogações aos cadernos, bem como o olhar que terá sobre esse material, se como objetos ou como documentos históricos, ou ambos. Nesse rol, tal como pontuamos

anteriormente, são escolhidos também os referenciais teóricos e metodológicos pelo pesquisador para construir os seus argumentos.

Em suma, essa pluralidade em produzir uma historiografia que toma a matemática e o seu ensino como objetos de investigações abre caminhos, também, ainda que seja controverso, para uma não demarcação *a priori* de pares de oposição<sup>3</sup>, tais como escolar e científico, história da matemática e história da educação matemática, produção e reprodução. Isto porque, se por um lado, todas as histórias são possíveis, por outro, a ampliação do olhar do pesquisador permite que ele tome quaisquer documentos históricos para dar conta do objetivo de sua pesquisa, independente se eles estão, no sentido convencional, no âmbito da história da matemática ou da história da educação matemática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse texto, de caráter inicial, salientamos que há uma crescente ampliação do olhar do historiador que toma a matemática e o seu ensino como objetos de pesquisas, contemplando, tal como pontuaram Bottazzini e Fraser (2000), os seus mais diversos aspectos, fazendo uso das mais diversas abordagens teóricas e metodológicas. Isto está sendo feito a partir de uma apropriação de um *modus operandi* de historiografia da história, a qual está permitindo novas perspectivas de análises, a inserção de novos temas, de novos objetos e documentos históricos, antes ignorados por uma historiografia internalista da matemática, construída por matemáticos para matemáticos. Nesse âmbito, perde importância as grandes teorizações que tudo explicavam e que se encaixavam em quaisquer investigações, dando maior visibilidade às teorizações que buscam dar conta dos propósitos estabelecidos em uma dada pesquisa.

Em suma, foi sob essa ótica que tratamos acerca do recente interesse de pesquisadores nos cadernos com saberes matemáticos, possibilitando uma ampliação de investigações que podem contribuir para uma historiografia da matemática, em particular, da educação matemática.

---

<sup>3</sup> Em uma apropriação das ideias defendidas por Chartier (1988), Belhoste (2002) e Schubring (2002).

## XV Seminário Temático

Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990

Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017

Universidade Federal de Pelotas

ISSN: 2357-9889

---

### REFERÊNCIAS

ANGLIN, W. S. Matemática e História. **The Mathematical Intelligencer**, New York, v.14, n.4, p.6-12, 1992.

BARROS, J. D'A. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BELHOSTE, B. Pour une réévaluation du rôle de l'enseignement dans l'histoire des mathématiques. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.4, n.1, p.11-27, 2002, p.12.

BOTTAZZINI, U.; FRASER, C. Editorial: At the turn of the millennium: New Challenges for the History of Mathematics and for Historia Mathematica. **Historia Mathematica**, n.27, p.1-3, 2000.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CASTANHO, S. E. M. Questões Teórico- Metodológicas da História Cultural e Educação. In: LOMBARDI, J. C.; CASIMIRO, A. P. B. S.; MAGALHÃES, L. D. R. (Org.). **História, Cultura e Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 137-168.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2011.

FARIA FILHO, L. M. de. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas-SP: Autores Associados; Uberlândia –MG: EDUFU, 2002. p. 3- 24.

GINZBURG, C. Pós-Escrito de 1972. In: \_\_\_\_\_. **Andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 15-16.

## **XV Seminário Temático**

### **Cadernos escolares de alunos e professores e a história da educação matemática, 1890-1990**

**Pelotas – Rio Grande do Sul, 29 de abril a 01 de maio de 2017**

**Universidade Federal de Pelotas**

**ISSN: 2357-9889**

---

GVIRTZ, S.; LARRONDO, M. Os cadernos de classe como fonte primária de pesquisa: alcances e limites teóricos e metodológicos para sua abordagem. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Cadernos à vista** – Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008. p. 35-48.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n.1, p.9-43, jan./jun. 2001.

MIGNOT, A. C. V. Antes da escrita: uma papelaria na produção e circulação de cadernos escolares. In: \_\_\_\_\_. **Cadernos à vista** – Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008. p. 69-90.

NUNES, C. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n.6, p. 151-182, 1992.

PARSHALL, K. H.; HOGENDIJK, J. P. Editorial: The History of Mathematics, the History of Science, Mathematics, and Historia Mathematica. **Historia Mathematica**, v.23, n.1, p. 1-5, 1996

PERES, E. Um estudo da história da alfabetização através de cadernos escolares (1943-2000). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.11, n.1, p. 93-106, jan./jun. 2012.

PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG/UNICAMP**, Campinas, v.6, n. 1, p. 3-55, 1996.

SCHUBRING, G. Production mathématique, enseignement et communication. In: **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.4, n.1, 2002, p. 29-39.

VALENTE, W. R. Relações entre a formação e a docência em Matemática: Perspectivas de análise com o uso de cadernos escolares. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura (REMATEC)**, Natal, ano 1, n.23, p. 6-19, set./dez. 2016.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.

VIEIRA, M. do P. de A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. A. **A pesquisa em história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

VIÑAO, A. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, A. C. V. (Org.). **Cadernos à vista** – Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008. p. 15-34.